

DUCESP
19 12 13

Versão assinatura

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

ENTRE

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
EMISSIONA

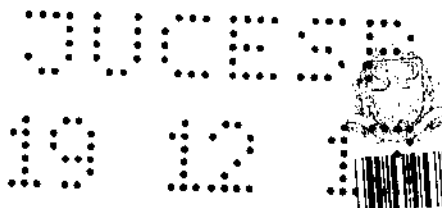
E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADO DE
2 DE DEZEMBRO DE 2013

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

Pelo presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na avenida Dr. Ussiel Cirilo, nº 111 a 213, Bairro Vila Jacui, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.984.091/0001-02, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora").

- II. como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205, no Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário").

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures, com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente), a constituição da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme abaixo definidos), e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de dezembro de 2013 ("AGE"), nos termos do artigo 59, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da ata da AGE

2.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do São Paulo ("DOESP") e (ii) jornal "Estado de São Paulo - Estadão", conforme disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Registro da Escritura de Emissão

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos

DUCEAP
19 12 13

termos do artigo 62, inciso II, e do seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro para Distribuição

2.3.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP.

2.4. Registro para Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.1.1. Não obstante o disposto no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido a seguir), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Constituição da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária de Recebíveis

2.5.1. Observado o disposto no item 5.20. abaixo, a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definidas abaixo) serão formalizadas, respectivamente, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme abaixo definidos), e serão constituídas mediante (i) a averbação da referida Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido) no Livro de Registro de Ações Nominativas da Acef (conforme abaixo definido) e (ii) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que deverá ser requerido no prazo de até 05 (cinco) dias corridos a contar da data de sua respectiva assinatura. Uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis devidamente registrados nos referidos cartórios deverão ser entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro.

2.6. Registro na CVM

2.6.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

2.7. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.7.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social:

DUCEAP

19 12 13

- I. A atuação como agente residual de prestação de ensino em todos os níveis, executando suas atividades na forma do Artigo 209, incisos I e II da Constituição Federal;
- II. A administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e/ou outras atividades educacionais correlatas;
- III. O desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação *latu sensu*, ministrados de forma presencial e tele-presencial á distância, de cunho intensivo e extensivo, oferecidos ao público consumidor ou outros interessados de modo direto, por meio presencial ou por meio de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados;
- IV. O oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos;
- V. A prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos;
- VI. O desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação *latu sensu* nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma telepresencial á distância;
- VII. A prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas;
- VIII. A edição de material didático, livros e demais atividades correlatas;
- IX. A gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de acessória, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e
- X. A participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

CLÁUSULA QUARTA – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados (i) para o resgate da totalidade das notas promissórias comerciais, emitidas em 17 de junho de 2013, no âmbito da 1ª emissão da Emissora ("Notas Promissórias") e (ii) como capital de giro para aplicação nos negócios ordinários da Emissora.

CLÁUSULA QUINTA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1. Número da Emissão

5.1.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2. Número de Séries

5.2.1. A Emissão será realizada em série única.

DUCE SP
19 12 13

5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da Emissão será de até R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão.

5.4. Quantidade de Debêntures

5.4.1. Serão emitidas até 8.500 (oito mil e quinhentas) Debêntures, em série única.

5.5. Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário

5.5.1. O banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na "Cidade de Deus", S/N, Bairro Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante da Emissão" e "Escriturador Mandatário", respectivamente).

5.6. Data de Emissão

5.6.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 13 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

5.7. Valor Nominal Unitário das Debêntures

5.7.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

5.8. Conversibilidade

5.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.9. Forma e Comprovação de Titularidade

5.9.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

5.10. Espécie

5.10.1. Nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária a ser convolada em Debêntures da espécie com garantia real após a constituição das Garantias.

5.11. Prazo de Subscrição

5.11.1. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.12. Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

5.12.1. As Debêntures serão integralizadas à vista e em moeda corrente nacional, por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido a seguir), no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida),

DUCE SP
19 12 13

calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Integralização"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.13. Prazo e Data de Vencimento

5.13.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de dezembro de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, Resgate Antecipado Facultativo, Aquisição Facultativa e Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Sétima e nos itens 5.18, 5.19 e 5.27 abaixo.

5.14. Amortização do Valor Nominal Unitário

5.14.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, de Aquisição Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado ou do vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.18, 5.19, 5.27 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas todo dia 13 de cada mês, a partir de 13 de janeiro de 2017, inclusive, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento, inclusive, conforme os percentuais descritos na tabela a seguir:

PARCELA	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
1ª até 47ª parcela	1,49%
48ª parcela	29,97%

5.15. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

5.15.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.15.2. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8

DUCE SP
19 12 13

(oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,8000, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

DUCE SP
19 12 13

Observações:

- (a) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.15.2.1. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, Resgate Antecipado Facultativo, Aquisição Facultativa e Oferta de Resgate de Antecipado, conforme o caso.

5.15.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.15.4. Caso a Taxa DI-Over deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over, será aplicada no lugar da Taxa DI-Over, automaticamente, o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI-Over, será utilizada então a taxa média ponderada de Remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias corridos, com prazo de vencimento igual ou mais aproximado possível da data prevista para o pagamento da Remuneração, conforme apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC (em conjunto "Taxas Substitutivas").

5.15.5 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal de qualquer uma das Taxas Substitutivas por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados nesta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para definição, no contexto da referida assembleia e observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época mediante deliberação favorável de, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do prazo mencionado no início deste parágrafo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada a mesma Taxa Substitutiva, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas. Caso qualquer uma das Taxas Substitutivas volte a ser divulgada antes da realização da

JUCESP
19 12 13

Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia deverá prever que tal Taxa Substitutiva, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

5.15.6. Caso não haja quórum de deliberação suficiente para definição da nova taxa, de acordo com o disposto no item 5.16.5 acima, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. A Remuneração das Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será calculada de acordo com o percentual correspondente à última Taxa DI-Over oficialmente divulgada pela CETIP, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.

5.15.7. O resgate descrito no item 5.16.6., assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.15.8. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com de acordo do Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 5.16.6. acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.16. Pagamento da Remuneração

5.16.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Aquisição Facultativa, da Oferta de Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo e vencimento antecipado das Debêntures previstas nos itens 5.19, 5.18, 5.27 e na Cláusula Sétima abaixo, a Remuneração será paga nas seguintes datas:

- (a) com relação às seis primeiras parcelas, estas serão pagas semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme a tabela a seguir:

13 de junho de 2014
13 de dezembro de 2014
13 de junho de 2015
13 de dezembro de 2015
13 de junho de 2016
13 de dezembro de 2016

- (b) as demais parcelas seguintes serão pagas mensalmente, nas mesmas datas de pagamento da parcela de amortização, a partir de 13 de janeiro de 2017, sempre no dia 13 de cada mês, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento.

5.17. Repactuação Programada

5.17.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.18. Resgate Antecipado Facultativo

5.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, promover o resgate antecipado

DUCE SP
19 12 13

de parte ou totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:

- I. a Emissora deverá publicar um anúncio nos termos da Cláusula 5.26 abaixo, bem como comunicar o Agente Fiduciário e o Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, ambos com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, os quais deverão conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário; (iii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate");
- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) um prêmio incidente sobre o montante objeto do Resgate Antecipado Facultativo ("Prêmio"), conforme tabela a seguir:

Período do Resgate (a contar da Data de Emissão)	Prêmio
Até o 12º mês, inclusive	1,0%
Entre o 12º mês, exclusive, e o 24º mês, inclusive	0,90%
Entre o 24º mês, exclusive, e o 36º mês, inclusive	0,80%
Entre o 36º mês, exclusive, e o 48º mês, inclusive	0,70%
Entre o 48º mês, exclusive, e o 60º mês, inclusive	0,60%
Entre o 60º mês, exclusive, e o 72º mês, inclusive	0,50%
A partir do 72º mês, exclusive	0,40%

- III. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado e realizado pelo Agente Fiduciário; e
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.18.2. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o "de acordo" do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.19 Oferta de Resgate Antecipado

5.19.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os

DUCE SP
19 12 13

Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.26 abaixo e envio de comunicação ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da data do resgate, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (c) a forma e prazo de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (d) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Após esse prazo, a Emissora terá 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá para todas as Debêntures objeto do resgate em uma única data;
- III. a Oferta de Resgate Antecipado poderá ser condicionada, a critério da Emissora, à aceitação por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que a Emissora ficará obrigada a resgatar as Debêntures de todos os Debenturistas que tenham aceitado a Oferta de Resgate Antecipado. Na hipótese de a Oferta de Resgate Antecipado ser parcial deverá ser realizado o procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no inciso I, parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, (a) acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo; e
- V. para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, conforme aplicável, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.19.2. Observadas as condições e procedimentos indicados na Cláusula 5.19.1 acima, a Oferta de Resgate Antecipado é uma faculdade da Emissora e o resgate das Debêntures está condicionado à expressa anuência do Debenturista.

5.19.3. As Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado e que vierem a ser resgatadas antecipadamente pela Emissora serão obrigatoriamente canceladas

5.20. Garantias Adicionais Reais

5.20.1. Cessão Fiduciária de Recebíveis e da Conta Vinculada. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarão o "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis"), através do qual a Emissora cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, a

DUCE SP
19 12 13

totalidade do fluxo de recebíveis, apurado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, decorrentes do pagamento das mensalidades devidas pelos alunos da Acef S.A., pagas mediante depósito na Conta Vinculada (conforme abaixo definida) ou por meio de cartões de crédito da bandeira VISA ("Recebíveis"). A Emissora, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, também cederá fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a conta corrente de titularidade da Cedente n.º 1401, mantida na agência n.º 3393 do Banco Bradesco S.A. ("Conta Vinculada"), pela qual circularão os Recebíveis ("Cessão Fiduciária de Recebíveis"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Recebíveis encontram-se expressamente previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis.

5.20.2. Alienação Fiduciária de Ações. De forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures e sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a Emissora e o Sr. Fábio Ferreira Figueiredo, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade R.G. n.º 12.243.836 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 127.741.818-79 ("Garantidor") alienarão fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, ações ordinárias de emissão da Acef S.A. ("Acef"), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.722.831/0001-78 ("Ações Alienadas"), correspondentes a 100% (cento por cento) do capital social da Acef, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes (individualmente denominada como "Alienação Fiduciária de Ações" e em conjunto com a Cessão Fiduciária de Recebíveis como "Garantias" e individualmente "Garantia"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" (individualmente denominado como "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Escritura de Emissão como "Documentos de Oferta") a ser celebrado entre a Emissora, o Garantidor e o Agente Fiduciário. Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária de Ações encontrar-se-ão expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

5.20.3. Após a devida constituição das Garantias, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, as Debêntures serão automaticamente convoladas em espécie com garantia real.

5.20.4. A Emissora e o Agente Fiduciário deverão celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de quirografia para espécie com garantia real ("Aditamento"), incluir a declaração do Agente Fiduciário acerca das Garantias, e ratificar o Valor Total da Emissão e a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da verificação do cumprimento da obrigação prevista no item 5.20.3. acima.

5.20.5. Fica desde já estabelecido que, exclusivamente para fins do Aditamento previsto no item 5.20.3. acima não será necessária qualquer deliberação ou realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas.

5.21. Encargos Moratórios

5.21.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, ficarão sujeitos aos seguintes encargos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"): (i) à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; (ii) a juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, sobre o montante devido e não pago; e (iii) atualização monetária.

5.22. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.22.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.25. abaixo, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas

DOESP
19 12 13

datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.23. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

5.23.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

5.24. Local de Pagamento

5.24.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no CETIP21: (a) na sede do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.25. Prorrogação dos Prazos

5.25.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

5.26. Publicidade

5.26.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOESP e no jornal "Estado de São Paulo - Estadão", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá, a exclusivo critério do Agente Fiduciário e da Emissora, conforme o caso, ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

5.27. Aquisição Facultativa

5.27.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir, Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476 ("Aquisição Facultativa").

5.27.2. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, (i) ser canceladas, (ii) permanecer na tesouraria da Emissora, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos do subitem (ii) acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

5.28. Imunidade Tributária

JUCESP
19 12 13

5.28.1. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata este item não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com desconto da alíquota dos tributos incidentes.

5.29. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

5.29.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente arquivados na JUCESP, após prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

CLÁUSULA SEXTA - CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

6.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

6.1.1. Nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder") e a Emissora, a Oferta, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido), será realizada sob a coordenação do Coordenador Líder, em regime de garantia firme de colocação no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o saldo remanescente será colocado no regime de melhores esforços. As Debêntures que não forem subscritas e integralizadas durante o período de colocação serão canceladas.

6.1.2. O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto no Contrato de Distribuição e os procedimentos previstos na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

- I. nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), serão considerados investidores qualificados para os fins da Oferta: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, sem prejuízo do disposto no inciso III, subitem (ii) abaixo; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados"). (a) Os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no inciso II abaixo, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM 476; (b) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no subitem (iv) acima, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476;

- II. o Coordenador Líder poderá, no contexto da Oferta, acessar no máximo 50 (cinquenta)

DUCE SP
19 12 13

Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;

- III. não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
- IV. não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures;
- V. serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam Investidores Qualificados e assinem a Declaração de Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), nos termos do inciso VI abaixo;
- VI. no ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados deverão assinar a "Declaração de Investidor Qualificado" atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável;
- VII. o Coordenador Líder e a Emissora comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476; e
- VIII. não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever as Debêntures no âmbito da Oferta.

CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Agente Fiduciário deverá, conforme o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, bem como de exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido: (i) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de aut falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (c) falta de cumprimento de qualquer obrigação pecuniária prevista nos Documentos da Oferta, nas respectivas datas de vencimento, e que não sejam sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) não pagamento, na respectiva data de vencimento, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu

DUCE SP
19 12 13

equivalente em outras moedas);

- (e) alteração do controle acionário da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto (i) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou (ii) se a alteração de controle for decorrente de uma oferta pública inicial de ações da Emissora;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra suas controladas, diretas ou indiretas, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a Emissora ou as suas controladas, diretas ou indiretas, tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) for cancelado; ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
- (g) redução do capital social da Emissora, sem o prévio consentimento de no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (h) não utilização dos recursos líquidos obtidos com a emissão nos termos da Cláusula Quarta acima;
- (i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou contra suas controladas, diretas ou indiretas, cujo valor total ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (k) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em qualquer um dos Documentos da Oferta;
- (m) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto material relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e pelas suas controladas, diretas ou indiretas, em qualquer um dos Documentos da Oferta;
- (n) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional;
- (o) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos da Oferta não sanada dentro de um prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data do referido descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (p) (a) se o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos não forem apresentados para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme os estabelecidos nos Documentos da Oferta; (b) se a Alienação Fiduciária de Ações não for devidamente averbada pela Emissora no Livro de Registro de Ações Nominativas da Acef, no prazo estipulado no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e após a implementação da condição suspensiva; (c) se as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão tornarem-se insuficientes para assegurar o cumprimento das obrigações

DUE SP
19 12 13

decorrentes desta Escritura de Emissão, de acordo com o percentual mínimo de garantias estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; (d) na hipótese de a Emissora questionar judicialmente a validade das Garantias e de qualquer dos termos ou condições de qualquer um dos Documentos da Oferta; ou (e) caso a Emissora não realize a recomposição das Garantias na forma e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;

- (q) constituição de quaisquer ônus e/ou gravames sobre as Garantias;
- (r) ocorrência das hipóteses mencionadas nos incisos II e III, do artigo 333 do Código Civil;
- (s) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e das ações de emissão da Emissora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (t) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, suas controladas diretas ou indiretas, que acarrete em perda do atual controle societário direto ou indireto da Emissora ou por suas controladas, diretas ou indiretas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (u) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora ou no Contrato Social de suas controladas, diretas e indiretas, de forma a excluir as atividades ali previstas e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas e previstas na Data de Emissão, que impliquem na concessão de direito de retirada dos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (w) não realização do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Emissão.

7.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens de (a) a (q) acima, observados eventuais períodos de cura, permitirá ao Agente Fiduciário declarar seu vencimento antecipado automático, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado Automático").

7.3 Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento que não previstos no item 7.2 acima, deverá ser convocada, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em o Agente de Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Dez abaixo ("Vencimento Antecipado por Deliberação de Assembleia").

7.4 Na Assembleia Geral dos Debenturistas de que trata o item 7.3 acima, os Debenturistas representando, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.5 Se, na Assembleia de Debenturistas de que tratam os parágrafos acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá

DUCE SP
19 12 13

caráter irrevogável e irretroatável, ou em caso de não instalação da referida assembleia por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou, ainda, no caso de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração do Vencimento Antecipado por Deliberação de Assembleia o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Mandatário.

7.6 Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos dos Documentos da Oferta, conforme aplicável, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da: (i) da ocorrência dos eventos de inadimplemento, para os casos de Vencimento Antecipado Automático; ou (ii) data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.7 O pagamento de tais Debêntures será realizado observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Banco Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

7.8 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido pagamento, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a:

- a) fornecer anualmente ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia das demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (ii) declaração da diretoria atestando o cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão, inclusive com relação às suas controladas e ao Garantidor, e (iii) organograma atualizado do grupo societário da Emissora;
- b) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas na Instrução CVM 476 e nas leis, regulamentos ou resoluções de natureza tributária, trabalhista, de seguridade social, de aposentadorias pensões e ambientais aplicáveis;
- c) comunicar, até o Dia Útil subsequente, ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, de qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos Investidores Qualificados de subscrever as Debêntures;
- d) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis subsequentes à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora: (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações previstas nos Documentos da Oferta, conforme aplicável; (c) qualquer evento ou

DUCE SP
19 12 13

condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento; ou (d) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

- e) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- f) não praticar qualquer ato em desacordo com os Documentos da Oferta, conforme aplicável, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, e as Garantias constituídas no âmbito da Oferta, conforme aplicável;
- g) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- h) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- i) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- j) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta exclusivamente de acordo com a Cláusula Quarta acima;
- k) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP, pela CVM e pelo Agente Fiduciário, no prazo solicitado por estes;
- l) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- m) comunicar em até 1 (um) Dia Útil à CVM qualquer inadimplência quanto ao cumprimento das obrigações contraladas perante os Debenturistas conforme previstas nos Documentos da Oferta;
- n) não realizar operações em desacordo com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- o) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, inclusive aquelas exigidas para a validade ou exequibilidade das Debêntures;

DUCE SP
19 12 13

- p) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- q) exceto com relação àqueles pagamentos questionados, de boa fé, na esfera judicial ou administrativa ou cujo não pagamento não resulte em impacto adverso relevante para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- r) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas: (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- s) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam, o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e os sistemas de distribuição (MDA) e negociação (CETIP21) das Debêntures e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção da Emissão e das Debêntures;
- t) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos dos Documentos da Oferta;
- u) nos termos do artigo 17, inciso IV da Instrução CVM 476, divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução da CVM 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP;
- v) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- w) enviar ao Agente Fiduciário os documentos comprobatórios e declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, acerca da utilização dos recursos, conforme acima previsto, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Emissão;
- x) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre qualquer alteração no: (i) organograma societário da Emissora ou de suas controladas, diretas e indiretas; e (ii) no objeto social da Emissora ou de suas controladas, diretas e indiretas; e
- y) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, cumprir com todas as disposições contidas no artigo 17 da Instrução CVM 476;

CLÁUSULA NONA – AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2. O Agente Fiduciário declara que:

DUCE SP
19 12 13

- (a) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, todos seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, assim como o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada pelo Banco Central do Brasil, pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM;
- (j) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (k) verificará a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária de Recebíveis e da Alienação Fiduciária de Ações, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (l) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações têm poderes bastantes para tanto; e
- (m) atua como agente de notas da 1ª (primeira) emissão de Notas Promissórias da Emissora;

9.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício

DUCE SP
19 12 13

de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.4. Serão devidos, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, a título de remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais no valor de R\$ 24.000 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

9.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais eventos bem como à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos; e (iv) eventuais serviços de controle das distribuições de lucros da Emissora ou da controlada, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das mesmas.

9.4.2. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como aos contratos relacionados às Garantias, e nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

9.4.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos dos itens 9.4 e 9.4.2 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo Índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

9.4.4. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.4.5. Os serviços ora previstos são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e na Lei 6.404/76.

9.4.6. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou de sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

DUCE SP
10 12 13

9.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

9.4.8. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou ainda no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários propostos.

9.4.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.4.10 A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.4.11. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.4.12. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.13. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

9.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta

JUCESP

19 12 13

Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCESP, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidoras federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Dez abaixo;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar seu organograma societário, todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (i) abaixo. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
 - i. eventual omissão e/ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento e/ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

DUCE SP
19 10 13

- v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Oferta;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta, conforme disposto na Cláusula Quarta acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - viii. resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - x. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, caso as Debêntures venham a ser negociadas neste ambiente;
 - e. na CETIP; e
 - f. na sede do Coordenador Lider.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos termos do item 5.26. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (l) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

DUCE SP
19 12 13

- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no Item 5.26. acima, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (s) divulgar as informações referidas na alínea (k), inciso x acima, em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (t) disponibilizar, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora;
- (u) verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária de Recebíveis e da Alienação Fiduciária de Ações e dos valores dos bens dados em Garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e
- (v) intimar a Emissora a reforçar a Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou a Alienação Fiduciária de Ações na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável.

9.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) observadas as disposições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, executar a Cessão Fiduciária de Recebíveis e/ou a Alienação Fiduciária de Ações, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas, conforme decisão emanada na Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e/ou
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

DUCE SP
19 10 10

9.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) e (c) do item 9.6. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar, nos termos do disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, por deliberação da unanimidade de Debenturistas em Circulação. Na hipótese da alínea (d) do item 9.6. acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.6.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que seja enviado pela Emissora com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações constantes nos Documentos da Oferta, exceto por aqueles já previstos.

9.7. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- i. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ii. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- iii. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- iv. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- v. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário: (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- vi. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

DOESP
19 12 13

- vii. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso "iv" acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso "iv" acima não delibere sobre a matéria;
- viii. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.26. acima e 12.1. abaixo; e
- ix. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

CLÁUSULA DEZ - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

10.2 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pela Emissora; (ii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iii) pelo Agente Fiduciário.

10.3 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 03 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma realizar suas publicações e no (i) DOESP e (ii) no jornal "Estado de São Paulo - Estadão", com antecedência mínima de 08 (oito) dias corridos contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da assembleia, 5 (cinco) dias corridos para a segunda convocação, contados da nova publicação do edital de convocação, respeitadas outras regras relacionadas à convocação e à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes desta Escritura de Emissão e, desde que não conflitem com o aqui disposto, na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. Fica dispensada a publicação de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas quando estiver presente a totalidade dos Debenturistas, nos termos do artigo 71, §2º, e artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/1976.

10.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas em circulação.

10.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.6 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas.

10.7 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.8 Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo e se de outra forma estabelecido nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.9 Não estão incluídas no quórum acima descrito as deliberações acerca de prorrogação de prazos e redução da Remuneração, alteração de quóruns e alteração das hipóteses de Evento de Inadimplemento das Debêntures que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

JUCESP
19 12 13

10.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observados os quóruns estabelecidos acima, obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva assembleia.

10.11 Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação, serão consideradas "Debêntures em Circulação" a Debênture em circulação no mercado, excluídas Debêntures que: (i) a Emissora possua em tesouraria; (ii) sejam de propriedade da Emissora, de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

10.12. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA ONZE – DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1 A Emissora, neste ato, declara que:

- a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa Brasil, sem registro de companhia aberta perante a CVM;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias (inclusive regulatória, societárias e perante os órgãos competentes, conforme aplicável) à celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como ao cumprimento das obrigações previstas nos referidos instrumentos;
- c) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e as obrigações aqui e ali previstas constituem, conforme aplicáveis, obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- d) a Emissão não infringe: (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei, ato administrativo ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos de que a Emissora seja parte; ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, exceto por aqueles que serão quitados imediatamente após a realização da Oferta ou que foram objeto de aprovação prévia de seus respectivos credores;
- e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a, qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações previstas nos termos Documentos da Oferta, ou para a realização da Oferta, exceto pelo registro das Debêntures perante o MDA e o CETIP 21, do arquivamento da AGE na JUCESP e do registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades e Estados de São Paulo e Rio de Janeiro;
- f) os representantes legais da Emissora que assinam a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações têm poderes bastantes para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui e ali estabelecidas;
- g) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em

DUCEP
19 12 13

tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

- h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e à sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- i) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta, em prejuízo dos titulares das Debêntures;
- j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa Di-Over a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora;
- k) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, ou cujo não cumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambiental (conforme disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades), adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- l) está em dia com o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- m) inexistência de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; e
- n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures.

CLÁUSULA DOZE – NOTIFICAÇÕES

12.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como

DUCE SP
19 12 13

os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) para a Emissora:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Rua Cesário Galeno, nº 448/475, bloco Alfa, 7º andar, bairro Tatuapé

São Paulo, SP - CEP 03071-000

At.: Sr. Antonio Cavalcanti Junior

Tel.: (11) 2178-1416

Fax: (11) 2178-1413

e-mail: antonio.cavalcanti@cruzeirodosul.edu.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, grupo 205, Cond. Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22640-100, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart e Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0079

e-mail: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br e ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) para a CETIP:

CETIP S.A. - Marcados Organizados

Avenida Brigadelro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP: 01.452-001, São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(iv) para a CVM:

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares - Centro

CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ

At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE

Tel: (21) 3554-8583

Fax: (21) 3554-8356

Email: sre@cvm.gov.br

12.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA TREZE - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento

DUCE SP
19 12 13

das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretroatável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

13.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA CATORZE - FORO

14.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital de São Paulo (SP), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e o Garantidor em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 02 de dezembro de 2013.

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

JUCESP
19 12 13

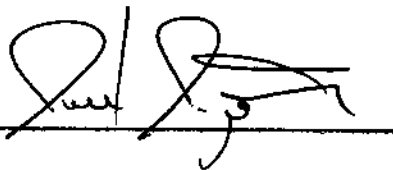
[Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.]

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:



JUCESP
19 12 13

[Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

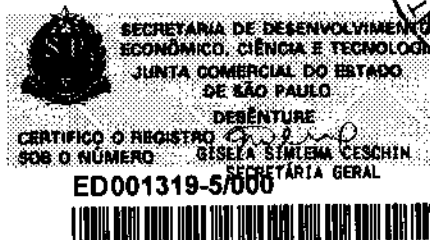
Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Nome:

Cargo:

Sônia Regina Menezes
Procuradora

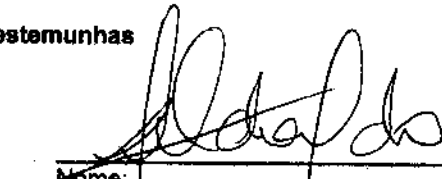


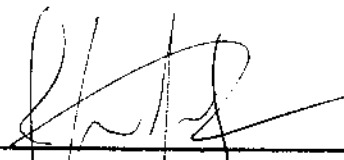
JUCESP

DUCESP
19 12 13

[Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.]

Testemunhas


Nome: Edigard Macedo
Cargo: RG: 23.120.688-4
CPF: 341.499.308-21


Nome: Jean P. Lieutaud de Aquino
Cargo: RG: 36.828.298-3
CPF: 329.477.138-00